



A ecologia na Igreja: do Concílio Vaticano II às conferências do CELAM, um compromisso de amor com a nossa Casa Comum

Ecology in the Church: from the Second Vatican Council to the CELAM conferences, a commitment of love for our Common Home

*Robert Donizeti Landgraf**

PUCSP

Recebido em: 10/09/2024. Aceito em: 29/09/2024.

Resumo: *A Igreja tem se empenhado em orientar seus membros e toda a sociedade, a partir da teologia da criação, explicando que toda criação é obra do amor de Deus e que cada um de nós temos que assumir uma atitude de responsabilidade e respeito às leis da natureza. Assim, este artigo objetiva refletir sobre a ecologia na Igreja: do Concílio Vaticano II às conferências do Episcopado Latino-americano, a partir de alguns pronunciamentos do magistério pós-conciliar até o Pontificado de Francisco. Para sua elaboração foi realizada uma pesquisa bibliográfica em alguns documentos magisteriais da Igreja a partir do pontificado de Paulo VI, perpassando pelo magistério de João Paulo II, Bento XV e Papa Francisco. Neste último, a questão da crise ecológica ganhou destaque com a Carta Encíclica Laudato Si' e a Exortação Apostólica Laudate Deum. Também foram analisados os documentos elaborados pelas Conferências Episcopais Latino-americanas (CELAM) desde a Conferência de Medellín, que tratou de forma discreta esta temática, até ganhar a centralidade na Conferência de Aparecida, cujo relator foi o então Cardeal argentino Jorge Mario Bergoglio, hoje Papa Francisco. Neste documento os bispos, de maneira*

* Doutorando em Teologia (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Mestre em Teologia (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2022). Mestre em Ciências da Religião (Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2018). Membro do Grupo de Pesquisa José Comblin da PUCSP. Presbítero da Diocese de Limeira.

E-mail: betolandgraf@yahoo.com.br.





profética, denunciam que o descaso e a agressão ao meio ambiente ocorrem por razões de interesse capitalistas.

Palavras-chave: *ecologia; Vaticano II; Papa Francisco; CELAM.*

Abstract: *The Church has made efforts to guide its members and all society with the theology of creation, explaining that all of creation is a work of love from God and that each of us has to have an attitude of responsibility and respect towards the laws of nature. This article aims to reflect on ecology in the Church: from the Second Vatican Council to the conferences of the Latin American Bishops, passing through some statements from the post-council magisterium to the Pontificate of Francis. The article was created through bibliographical research using magisterial documents from the Church, starting with the Pontificate of Paul VI and going through the magisteria of John Paul II, Benedict XV, and Pope Francis. In the latter, the issue of the ecological crisis was highlighted with the Encyclical *Laudato Si'* and the Apostolic Exhortation *Laudato Deum*. We also analyzed documents created by the Conferences of the Latin American Bishops (CELAM), from the Conference of Medellín, in which this issue was more discreetly treated, to the Conference of Aparecida, in which it was a core subject and which had the then Argentinian Cardinal Jorge Mario Bergoglio, now Pope Francis, as rapporteur. In this document, the bishops prophetically denounce that the neglect and aggression towards the environment occur due to capitalistic interests.*

Keywords: *ecology; Vatican II; Pope Francis; CELAM.*

Introdução

A temática da ecologia tem ganhado destaque na pauta eclesiológica com o Pontificado de Francisco, que tem se apresentado como o Papa da ecologia, dedicando-lhe a Carta Encíclica *Laudato Si'*, sobre o cuidado da Casa Comum e a Exortação Apostólica *Laudate Deum* sobre a crise climática, além dos inúmeros pronunciamentos e catequese nos quais a problemática é abordada. Essa temática não aparece de forma explícita no Concílio Vaticano II, mas oferece algumas ideias essenciais para pensar o tema. Com relação às Conferências Gerais do Episcopado Latino-americano (CELAM), a problemática ecológica ganha visibilidade gradativamente, com maior destaque na Conferência de Aparecida, cuja redação final é feita pelo então Cardeal Bergoglio, hoje Papa Francisco, que denuncia a devastação do meio ambiente com fins lucrativos. O estudo revela que a Igreja tem se empenhado em orientar seus membros e toda a sociedade no cuidado com a Casa Comum a partir de uma teologia da criação que leva a entender que toda criação é obra do amor de Deus e que cada um nós somos meros inquilinos chamados a assumir uma atitude de responsabilidade e respeito às leis da natureza.



1 O Concílio Vaticano II e os sinais da temática ecológica

Embora a ecologia não estivesse entre as preocupações dos participantes do Concílio por não fazer parte da agenda de discussões da sociedade na época, indícios indiretos podem ser encontrados na *Constituição Pastoral Gaudium et Spes* (1965). O documento reconhece que a humanidade passa por uma nova fase de sua história com profundas e rápidas transformações causadas pela inteligência e a atividade criadora do ser humano, ocasionando uma transformação social e cultural que se reflete na vida religiosa e na vida do próprio ser humano, nem sempre capaz de usar o poder conquistado para o seu bem (GS 4). Entende que se difunde rapidamente a sociedade de tipo industrial onde algumas nações tornaram-se muito ricas gerando a transformação de vida social vigente e, conseqüentemente, o aumento da vida urbana (GS 6). Afirma que a rápida evolução, muitas vezes processada de maneira desordenada, gera ou aumenta contradições e desequilíbrios no nível da própria pessoa e entre a preocupação da eficiência prática e as exigências da consciência moral; entre as condições coletivas da existência e as exigências do pensamento pessoal o que resulta na desarmonia entre a especialização da atividade humana e a visão global da realidade. E que o ser humano não só pode como deve aumentar seu domínio sobre a criação, mas que lhe compete estabelecer uma ordem política, social e econômica que o sirva cada vez melhor e leve dignidade a todos (GS 8, 9).

Em seguida, o Concílio afirma que tudo o que está sobre a Terra deve estar ordenado em função do ser humano, que foi criado “à imagem de Deus” e que é chamado a ser senhor de todas as criaturas terrenas para as dominar e servir-se delas glorificando a Deus (GS 12). Sobre a atividade humana, ensina que sempre o ser humano procurou, com seu trabalho, melhorar a própria existência; na atualidade, graças à ciência e à técnica, estendeu seu domínio à natureza inteira (GS 33). Essas obras não se opõem ao poder de Deus, ao contrário, manifestam Sua grandeza e são fruto do seu desígnio. Entretanto, quanto mais aumenta o poder do ser humano, tanto mais aumenta a sua responsabilidade pessoal e comunitária. Entende-se, então, que a mensagem cristã não afasta o ser humano da tarefa de construir o mundo nem o desobriga a fazer o bem a seus semelhantes, mas que, antes, o obriga a realizar essas atividades (GS 34). Porém, a Sagrada Escritura ensina que o progresso, que produz tanto bem ao ser humano, é marcado por uma grande tentação de subver-



ter os valores que leva o ser humano a se tornar egoísta e individualista, transformando a Casa Comum em um lugar de não fraternidade, o que coloca em risco toda a criação. Deste modo, a Igreja reconhece que o progresso humano pode ajudar na construção da verdadeira felicidade, mas é sua missão denunciar todo tipo de ação baseada no espírito de vaidade e malícia que transforma a atividade humana em instrumento de pecado (GS 37).

O Concílio defendeu o princípio da destinação universal dos bens da Terra, afirmando que tudo o que foi criado pela bondade divina é de uso de todo ser humano; dessa maneira, os bens criados devem chegar equitativamente às mãos de todos, segundo a justiça iluminada pela caridade. As pessoas, que fazem usos dos bens criados, não devem considerar as coisas exteriores que legitimamente possuem só como próprias, mas como comuns, no sentido de que possam beneficiar não só a si mesmas, mas também aos outros. Além disso, todos têm o direito de possuir o suficiente para sustentar a si próprios e suas famílias. Os padres e doutores da Igreja partilhavam desse pensamento, ensinando que é dever das pessoas ajudarem os pobres não apenas com bens supérfluos e aqueles que se encontram em extrema necessidade têm o direito de tomar dos bens alheios o que for necessário para sua sobrevivência (GS 69).

2 Magistério pós-conciliar de Paulo VI a francisco

O Papa Paulo VI, na Carta Encíclica *Populorum Progressio* (1967), afirma que o desenvolvimento dos povos não deve ser reduzido a um simples crescimento econômico e que, para que seja considerado autêntico, deve estar a serviço da promoção de todo ser humano e do ser humano todo. Em seguida, salienta que é preciso a preocupação com as gerações futuras e defende a importância do princípio de solidariedade universal como um dever (PP 17).

O então pontífice defendia o destino universal dos bens citando a passagem bíblica do livro do Gênesis 1,28 que ensina que toda a criação é para o ser humano, com a condição de ele aplicar o seu esforço inteligente e em valorizá-la e, pelo trabalho, completá-la em seu serviço; e, se a Terra é feita para fornecer a cada um os meios de subsistência e os instrumentos de progresso, todo ser humano tem direito de nela encontrar o que lhe é necessário para sua existência digna. Assim, Paulo VI afirma que: “todos os outros direitos, quaisquer que sejam incluindo os de propriedade e de comércio livre, estão-lhe subordinados: não devem, portanto, impedir;



mas, pelo contrário, facilitar a sua realização; e é um dever social grave e urgente conduzi-los à sua finalidade primeira” (PP 22).

João Paulo II, na Carta Encíclica *Redemptor Hominis* (1979), que marca o início de seu pontificado, demonstra sua preocupação ecológica ao afirmar que é necessário estarmos conscientes de que a exploração do planeta em que vivemos exige um planejamento racional e honesto. Ao mesmo tempo, tal exploração para fins não somente industriais, mas também militares e o desenvolvimento da técnica não controlada e nem enquadrada num plano com perspectivas universais e autenticamente humanístico trazem muitas vezes consigo a ameaça para o meio ambiente além de alienar a relação do ser humano com a natureza (RH 13).

Em seu Pontificado, publicou a Carta Encíclica *Encíclica Evangelium Vitae* (1996), sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana, afirma que o ser humano é chamado a cultivar e guardar o jardim do mundo (cf. Bíblia, Gênesis, 2,15), por isso possui uma responsabilidade sobre a criação que Deus pôs a serviço da sua dignidade pessoal, responsabilidade que não se limita ao presente, mas também às gerações futuras (EV 42).

Bento XVI, na Carta Encíclica *Caritas in Veritate* (2009), afirma que o desenvolvimento humano está intimamente associado aos deveres que nascem do relacionamento do ser humano com o meio ambiente que foi dado por Deus a todos, e seu uso está relacionado com a responsabilidade que temos com os pobres, com as gerações futuras e com toda humanidade. É preciso também sublinhar que é contrário ao verdadeiro desenvolvimento considerar a natureza mais importante do que a própria pessoa humana, pois esta ideia induz a comportamentos neopagãos ou a um novo panteísmo. Por outro lado, há que rejeitar também a posição oposta, que visa a sua completa tecnicização, porque o ambiente natural não é apenas matéria da qual o ser humano pode dispor a bel-prazer, mas obra admirável do Criador, contendo nela uma “gramática” que indica finalidades e critérios para uma utilização sábia, não instrumental e nem arbitrária (CV 48).

2.1 Papa Francisco e o amor pela Casa Comum

O Papa Francisco, o Papa da Ecologia, na Carta Encíclica *Laudato Si'* (2015), sobre o cuidado com o planeta Terra, nossa Casa Comum, deve ser comparado “ora como uma irmã, com quem partilhamos a



existência, ora a uma boa mãe, que nos acolhe nos seus braços” e clama contra o mal que o ser humano provoca ao usar seus recursos de forma irresponsável (LS 1-2).

O Papa resgata a figura de São Francisco de Assis, como exemplo a ser seguido, pois foi fiel à Sagrada Escritura e “propõe-nos reconhecer a natureza como um livro esplêndido onde Deus nos fala e transmite algo da sua beleza e bondade”. Classifica o clima como um bem comum e que deve haver uma preocupação em relação ao aquecimento do sistema climático global, pois este tem implicações não apenas ambientais, mas também sociais, econômicas, distributivas e políticas cujo impactos mais sérios recairão sobre os países mais pobres (LS 20-26). Levanta a questão da água, que em muitos lugares é escassa e de péssima qualidade, principalmente a parte fornecida aos empobrecidos, resultando em inúmeras doenças e até em morte. Conjuntamente denuncia a tendência para se privatizar esse recurso, tornando-o uma mercadoria sujeita às leis de mercado, o que leva a negação de um direito humano essencial fundamental e universal de acesso à água potável (LS 27-30).

Papa Francisco entende que o ambiente humano e o ambiente natural degradam-se em conjunto e que não é possível enfrentar adequadamente a degradação ambiental se não for dada a devida atenção às causas que levam à degradação humana e social, pois a destruição do meio ambiente e a da sociedade afetam de modo especial os mais pobres, que são a maioria do planeta (LS 48-52).

Esta Encíclica traz a proposta de um Evangelho da criação: iluminar a problemática ecológica a luz da fé que busca nas narrativas bíblicas inspiração para a relação do ser humano com o mundo. Ao se referir ao texto de Gênesis 1,28, afirma ser necessário rejeitar que o ser humano possa ter um domínio absoluto sobre as outras criaturas, embora tenha sido criado à imagem de Deus e ter o mandato de dominar a Terra. É necessário realizar uma justa hermenêutica para lembrar que os textos bíblicos convidam o ser humano a “cultivar” e “guardar” o jardim do mundo (cf. Bíblia, Gênesis, 2,15). A Igreja não diz, de modo simplicista, que as criaturas estão totalmente subordinadas ao bem do ser humano, como se não tivessem um valor em si mesmas e fosse possível dispor delas à nossa vontade; mas ensina que, nas outras criaturas, “se poderia falar da prioridade do ser sobre ser úteis” (LS 67,69).

O Papa Francisco, em continuidade com as afirmações do Concílio Vaticano II e seus predecessores, defende o destino comum dos bens



da criação. Afirma que a Terra é, essencialmente, uma herança comum, cujos frutos devem beneficiar a todos e que toda a abordagem ecológica deve integrar uma perspectiva social que tenha em conta os direitos fundamentais dos empobrecidos e recorda o princípio da subordinação da propriedade privada ao destino universal dos bens e, conseqüentemente, o direito ao seu uso é uma “regra de ouro” do comportamento social e o “primeiro princípio de toda a ordem ético-social” como escreve o Papa João Paulo II em sua Carta Encíclica *Laborem Exercens*: sobre o trabalho humano (1981, 71). Seguindo este pensamento, o Papa Francisco ressalta de maneira categórica: “O meio ambiente é um bem coletivo, patrimônio de toda humanidade e responsabilidade de todos. Quem possui uma parte é apenas para administrar em benefício de todos. Se não o fizermos, carregamos na consciência o peso de negar a existência aos outros” (LG 93, 95).

O pontífice conclama para que tenhamos o mesmo olhar de Jesus sobre a natureza, um olhar de atenção à sua beleza que leva a uma convivência harmoniosa, com a consciência de que uma Pessoa da Santíssima Trindade entrou no universo criado e, como ressuscitado e glorioso, está presente em toda criação com o seu domínio universal (Cf. Bíblia, Colossenses, 1,19-20) e encaminha tudo para um destino de plenitude (LS 96-100).

Francisco denuncia a raiz humana da crise ecológica: seu problema fundamental está no paradigma tecnocrático, cujo interesse é extrair ao máximo possível das coisas em função do ser humano. Isto o leva a ignorar a realidade própria de que tem a frente, com base no falso pressuposto de que existe uma quantidade ilimitada de energia e recursos a serem utilizados, que a sua regeneração é possível de imediato e que os efeitos negativos das manipulações da ordem natural podem ser rapidamente resolvidos pela própria natureza (LS 106). Um segundo ponto levantado é a crise do antropocentrismo moderno que colocou a razão técnica acima da realidade, porque “este ser humano já não sente a natureza como norma válida nem como um refúgio vivente” (LS 115).

O Papa propõe algumas linhas de orientação e ação que podem nos auxiliar a sair da espiral de autodestruição: uma delas é o diálogo entre a política e a economia para a plenitude humana. A política não deve submeter-se à economia e esta não deve submeter-se aos ditames e ao paradigma eficientista da tecnocracia. Pensar no bem comum e pensar a política e a economia em diálogo para que estejam plenamente a serviço



da vida, especialmente da vida humana, tendo a consciência de que a proteção ambiental não pode ser assegurada somente com base no cálculo financeiro de custos e benefícios. Os esforços para o uso sustentável dos recursos da natureza não são gastos inúteis, mas um investimento que poderá proporcionar benefícios econômicos em médio prazo, pois um desenvolvimento tecnológico e econômico que não deixa um mundo melhor e uma qualidade de vida integralmente superior não pode ser considerado progresso (LS 190-197).

Ao tratar sobre uma educação e espiritualidade ecológica, o pontífice salienta que falta à humanidade a consciência de uma origem comum, de uma recíproca pertença e de um futuro partilhado. Em seguida, afirma a necessidade de se buscar um outro estilo de vida que não esteja baseado no consumismo obsessivo, que é reflexo do paradigma tecnoeconômico gerador de uma cultura baseada no egoísmo. Daí a necessidade de se autotranscender, rompendo com a mentalidade de isolamento individualista e a autorreferencialidade para possibilitar o cuidado dos outros e do meio ambiente (LS 202-208).

No que tange à espiritualidade cristã, Papa Francisco afirma a necessidade de uma conversão ecológica para nos reconciliarmos com a Casa Comum. Para isso, é necessário que cada cristão examine sua vida e reconheça de que modo ofende a criação de Deus com suas ações. Essa conversão implica, em primeiro lugar, gratidão, ou seja, reconhecer toda a criação como um dom de Deus; implica ainda a consciência amorosa de não estar separado das outras criaturas para poder criar com os outros seres do universo uma comunhão universal (LS 217-220).

Em 4 de outubro de 2023, na festa de São Francisco de Assis, o santo padroeiro da ecologia, o Papa Francisco publicou a Exortação Apostólica *Laudate Deum*, sobre a crise climática. Com esta exortação, o Papa mais uma vez levanta sua voz profética pelo cuidado da Casa Comum e de uns dos outros, especialmente dos mais pobres. Reconhece que a humanidade não está reagindo satisfatoriamente e “o mundo que nos acolhe está se desfazendo e, talvez, aproximando-se de um ponto de ruptura” (LD 2).

O pontífice afirma que os sinais da mudança climática são evidentes, mas que ainda existem pessoas que procuram minimizar a situação ignorando a aceleração anormal do aquecimento; denuncia a narrativa errônea e simplista de culpar os empobrecidos por tal situação, quando na “realidade uma reduzida parcela mais rica da população mundial polui



mais do que os 50% mais pobres e que a emissão *per capita* dos países mais ricos é muitas vezes superior à dos países mais pobres” (LD 9).

O papa reconhece a origem “antrópica” da mudança climática principalmente no que tange à concentração na atmosfera dos gases de efeito estufa e que não se pode duvidar de que a razão da velocidade de mudanças perigosas esteja ligada aos enormes progressos conexos com desenfreada intervenção do ser humano sobre a natureza. Daí a necessidade de uma visão mais profunda que permita não só admirar as conquistas do progresso, mas também prestar atenção aos efeitos negativos sobre a natureza e conseqüentemente ao próprio ser humano. O que nos é pedido “é uma certa responsabilidade pela herança que deixaremos atrás de nós, depois da nossa passagem por este mundo” (LD 11-18).

O pontífice alerta sobre o crescente paradigma tecnocrático que, com o advento da inteligência artificial e os recentes progressos tecnológicos, firma-se na ideia de um ser humano sem limite, cujas capacidades e possibilidades poderiam ser ao infinito graças à tecnologia baseada na ideologia de aumentar “para além de toda imaginação” o poder do ser humano, que nem sempre é benéfico para a vida (LD 24).

Francisco denuncia a lógica capitalista do máximo lucro ao menor custo, disfarçada de racionalidade, progresso e promessas ilusórias, que impossibilitam uma preocupação com a Casa Comum e um cuidado pela promoção dos descartados da sociedade (LD 31).

Realiza, assim, uma análise dos avanços retrocessos das conferências sobre o clima e chega à conclusão de que os acordos tiveram um baixo nível de implementação devido à falta de adequados mecanismos de controle, revisão periódica, sanção das violações e o egoísmo de líderes de países que visam apenas os seus interesses nacionais em detrimento do bem comum global. Então: “Aqueles que não de sofrer as conseqüências, que tentamos dissimular, recordarão esta falta de consciência e de responsabilidade” (LD 52).

O pontífice olha com esperança para o futuro ao comentar sobre a COP-28 nos Emirados Árabes Unidos. Acredita na capacidade do ser humano de transcender os seus interesses mesquinhos e pensar no bem comum e na responsabilidade para com as gerações vindouras e assim mostrar a nobreza da política (LD, 60).

Francisco exorta que, à luz da fé, os cristãos assumam um existencial alicerçado na responsabilidade perante a Terra, que é de Deus,



respeitando as leis da natureza e os delicados equilíbrios entre os seres deste mundo, e a imitarem Jesus, o divino biófilo, que sempre esteve atento à beleza da natureza e nela percebia uma mensagem divina (LD 64).

Caminhar em comunhão e com responsabilidade cósmica é a proposta de Francisco, pois “nós e todos os seres do Universo, sendo criados pelo mesmo Pai, estamos unidos por laços invisíveis e formamos uma espécie de família universal que nos impele a um respeito sagrado, amoroso e humilde” (LD 67).

3 A defesa da ecologia no CELAM: amor à vida no continente

A primeira Conferência do Episcopado Latino-americano ocorreu em 1955 no Rio de Janeiro com o objetivo de refletir sobre a escassez do clero e não estava em pauta a questão ecológica.

A segunda Conferência ocorreu em Medellín, na Colômbia (1968). Sobre a temática ecológica e seguindo as orientações da *Gaudium et Spes*, o documento reafirma que Deus criou a Terra e tudo o que nela existe para o uso de todo ser humano de forma justa (DM 46).

A terceira Conferência realizou-se em Puebla, México (1979) e seu documento alerta que, se não mudarem as tendências atuais, a relação do ser humano com a natureza continuará a se deteriorar devido à exploração irracional de seus recursos, cujo resultado será o desequilíbrio ecológico (DP 139) e solicita que “o domínio, o uso e a transformação dos bens da terra, da cultura, da ciência e da técnica” se realizem “em um justo e fraterno domínio do homem sobre o mundo, tendo-se em conta o respeito da ecologia” (DP 327). O documento denuncia os efeitos devastadores da industrialização e urbanização descontroladas, bem como a necessidade, por parte das nações mais ricas, de abandonar o consumismo, tendo em vista o esgotamento dos recursos naturais (DP 496). Assume preservar os recursos naturais criados por Deus para todos os seres humanos a fim de salvaguardá-los às gerações futuras (DP 1236).

Em 1992, em Santo Domingo, na República Dominicana, ocorreu a IV Conferência do Episcopado Latino-americano e seus resultados estão no documento que apresenta a sacralidade da criação ao afirmar que ela é o resultado da Palavra do Senhor e da presença do Espírito, que desde o princípio pairava sobre tudo o que foi criado (cf. Bíblia, Gênesis 1,2). Essa foi a primeira aliança de Deus conosco. Quando o



ser humano nega a sua participação nessa aliança de amor, o pecado do homem afeta sua relação não apenas com Deus, mas com toda a criação. O documento aponta como desafios pastorais do continente as grandes cidades que estão adoecidas, suas zonas centrais deterioradas e suas periferias extremamente empobrecidas e que, no campo, os povos indígenas e os camponeses são despojados de suas terras ou confinados em terras menos produtivas, enquanto continua a derrubada e a queimada das florestas na Amazônia e em outras partes do continente (SD 169).

O documento afirma ser necessário, conjugar crescimento econômico com os limites ecológicos. O desenvolvimento deve seguir: uma ética ambiental, que abandone a moral utilitarista e individualista; a destinação universal dos bens da criação e a promoção da justiça e da solidariedade, reafirmadas como valores indispensáveis. No que tange aos cristãos do continente, devem: responsabilizar-se em relação aos modelos de desenvolvimento que provocaram os atuais desastres ambientais e sociais e são convocados a olhar para os empobrecidos e imitá-los na forma de viver com sobriedade; empreender uma tarefa de reeducação de todos diante do valor da vida e da interdependência dos diversos ecossistemas; valorizar a sapiência dos povos indígenas no que diz respeito à preservação da natureza como ambiente de vida para todos; explicitar a nova relação estabelecida pelo mistério da encarnação, pela qual Cristo assumiu toda a criação; conscientes da crise ecológica, questionar a riqueza e o desperdício (SD 170).

Santo Domingo aborda o tema da Terra como dom de Deus: “Do Senhor é a terra e o que nela existe, o mundo e seus habitantes” (Bíblia, Sl 24,1) é afirmação de fé que percorre toda a Bíblia e confirma a crença dos povos de que a Terra é o primeiro sinal da Aliança de Deus com o homem. Assim, o uso da terra deve preservar a justiça e o direito de todos terem acesso aos bens da criação, que Deus destinou ao serviço de todo ser humano que vem a este mundo (SD 171).

Em 2007, no Brasil, na cidade de Aparecida, ocorreu a V Conferência do Episcopado Latino-americano, em cujo documento final, a temática ecológica aparece em diferentes momentos e sob diversos prismas.

No capítulo II, ao tratar sobre a realidade desafiante do continente, denuncia que as indústrias extrativistas internacionais e a agroindústria, não raras vezes, acabam não respeitando os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais dos povos locais, não assumindo as responsabilidades pelos danos causados à natureza. Denuncia, ainda, a subordinação



da natureza ao desenvolvimento econômico, com danos à biodiversidade, com esgotamento dos mananciais de água e de outros recursos naturais, envenenamento do ar e mudanças climáticas (DAp 66).

O documento reconhece a América Latina como um continente que possui uma das maiores biodiversidades do planeta e que os povos e as culturas que aqui estão possuem grandes conhecimentos tradicionais sobre a utilização sábia dos recursos naturais, bem como o valor e o uso medicinal de plantas e outros organismos vivos. Profeticamente, denuncia que esses conhecimentos têm sido, de modo ilícito, apropriados por indústrias farmacêuticas e de biogenética, causando prejuízos às pessoas que dependem desses recursos para o seu sustento. Denuncia, ainda, que, nas decisões sobre a riqueza da biodiversidade e da natureza, os povos tradicionais não são ouvidos, sendo praticamente excluídos das discussões (DAp 83-84).

Ao mesmo tempo alerta que o aumento da agressão ao meio-ambiente é usado como pretexto para colocar em prática a proposta de internacionalização da Amazônia, cujo objetivo é apenas servir aos interesses capitalistas de grandes empresas internacionais e para a intensificação de disputas pela ocupação do território. Assim defende que as populações tradicionais da região sejam respeitadas e tenham seus territórios reconhecidos e legalizados (DAp 86).

No capítulo III, no item *A boa nova do destino universal dos bens e da ecologia*, recordando São Francisco de Assis no *Cântico das Criaturas*, no qual chama a Terra de mãe e irmã, Casa Comum e lugar da Aliança de Deus com os seres humanos e com toda a criação, afirma que a criação é uma forma de manifestação do amor providente de Deus e que foi entregue ao ser humano para cuidar dela e transformá-la em fonte de vida digna para todos. O seguidor de Jesus, como discípulo missionário, tem a missão de contemplá-la, cuidar e utilizá-la de acordo com a sabedoria divina (DAp 125).

Buscando a teologia paulina, de recapitulação de todas as coisas em Cristo (cf. Bíblia. 1Coríntios 3,21-23), a Conferência de Aparecida defendeu que a forma correta de respeitar a natureza é promovendo uma ecologia aberta à transcendência, que respeite a pessoa, a família, os ambientes e as cidades e novamente afirmou o destino universal dos bens, que exige a solidariedade com as gerações presentes e vindouras. Tendo em vista que os recursos naturais são limitados, o uso de cada um deles



deve estar regulado pelo princípio de justiça distributiva, respeitando o desenvolvimento sustentável (DAp 126).

No capítulo IX, há um item específico sobre o cuidado com o meio ambiente onde afirma que, somos chamados a dar graças pelo dom da criação, que é reflexo da sabedoria e beleza do Logos criador e que o ser humano é chamado a viver em comunhão com Deus, entre si e com toda a criação. Ensina que a natureza é uma herança que o povo do continente recebe de forma gratuita e que, por ser ela frágil e indefesa diante dos poderes econômicos e tecnológicos, devemos assumir, como profetas da vida, o dever de denunciar e combater intervenções sobre os recursos naturais que almejam apenas os interesses da indústria capitalista que, de forma irracional, destroem as fontes de vida (DAp 470-471).

O documento apresenta como proposta e orientação colocar em prática uma evangelização que: enxergue a natureza como um dom de Deus, espaço que deve ser cuidado como Casa Comum; esteja presente pastoralmente junto às populações que sofrem com o desenvolvimento predatório e lute com elas para que consigam o direito à terra e o acesso à água; procure um modelo de desenvolvimento alternativo, integral solidário, imbuído de uma ética do cuidado que inclua a responsabilidade por uma autêntica ecologia integral, que se fundamenta no evangelho da justiça, da solidariedade e do destino universal dos bens, superando a lógica utilitarista e individualista; crie uma consciência no povo sobre a importância da Amazônia para todo o planeta e apoie com recursos humanos e financeiros necessários a Igreja, que nela vive, para continuar proclamando o evangelho da vida, formando leigos e sacerdotes que defendam os pobres e a floresta (DAp 475).

Em Aparecida, a ecologia e a proteção da natureza são vistas como novos areópagos onde os discípulos e missionários de Jesus Cristo são chamados a ser uma presença ética, semeadores dos valores do Evangelho (DAp 491) e promotores da cultura da paz, fruto de um desenvolvimento sustentável, equitativo e respeitoso da criação (DAp 541).

Conclusão

A pesquisa evidenciou que, embora a temática ecológica não tenha sido uma das principais preocupações no Concílio Vaticano II, o documento *Gaudium et Spes* apresenta alguns acenos ao assunto e defende o destino universal dos bens da Terra. Todos os Papas posteriores ao Con-



cílio afirmaram a destinação universal dos bens da criação e, com relação ao meio ambiente, dando força a esta temática nos pronunciamentos e documentos. Entretanto é o Papa Francisco que pode ser qualificado como o papa verde, pois apenas em seu pontificado foram redigidos dois documentos dedicados inteiramente à temática ambiental, além de vários pronunciamentos. Observa-se que o pontífice atual luta por uma harmonia entre os seres humanos que deve estender-se também à criação na responsabilidade por uma economia humana e integral caminho de salvação da nossa Casa Comum. Propõe a conversão, que consiste em deixar a arrogância de querer dominar o semelhante e a natureza reduzida ao mero objeto manipulável para entrarmos na humildade de quem cuida dos outros e da criação. No seu pensamento, o cuidado com a criação não é apenas uma questão ética, mas profundamente teológica, pois diz respeito à relação entre o mistério de Deus e o mistério do homem.

Com relação às Conferências Episcopais do Continente Latino-americano, percebe-se que a temática gradativamente vai ganhando espaço nas discussões e nos documentos finais, tendo em vista que, na primeira conferência, no Rio de Janeiro, a temática sequer apareceu. Em Medellín, a temática aparece ligada ao drama dos empobrecidos e reafirma a destinação universal dos bens da criação. Em Puebla, o tema ganha força, ocorre a denúncia de um processo de industrialização e urbanização que destrói a natureza e prejudica o equilíbrio ecológico. A conferência de Santo Domingo defende a sacralidade da criação como obra de Deus. No *Documento de Aparecida*, a temática ambiental ganha relevância, aparece o termo “Casa Comum” para designar o planeta Terra e é possível perceber o pensamento ecológico do Papa Francisco, então, Cardeal Bergoglio, redator do documento.

Referências

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.

CONCÍLIO VATICANO II, 1962-1965, Vaticano. *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)*. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011.

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE II, 1968, Medellín. *Documento de Medellín – texto integral*. Disponível em: https://pjmp.org/subsidios_arquivos/cnbb/Medellin-1968-2CELAM-PORTUGUES.pdf. Acesso em: 7 maio 2024.



CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE IV, 1968, Santo Domingo. *Documento de Santo Domingo*: conclusões. Trad. Oficial da CNBB. Disponível em: https://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20130906182510.pdf. Acesso em: 7 maio 2024.

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE V, 2007, Aparecida. *Documento de Aparecida*: texto conclusivo. São Paulo: Paulus, 2008.

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE, III, 1979, Puebla. *Documento de Puebla*. São Paulo: Paulinas, 1979.

PAPA BENTO XVI. *Carta Encíclica Caritas in Veritate*: sobre o desenvolvimento integral na caridade e na verdade. São Paulo: Paulus, 2009.

PAPA FRANCISCO. *Carta Encíclica Laudato Si'*: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulus, 2015.

PAPA FRANCISCO. *Exortação Apostólica Laudate Deum*: sobre a crise climática. São Paulo: Loyola, 2023.

PAPA JOÃO PAULO II. *Carta Encíclica Laborem Exercens*: sobre o trabalho humano. 1981. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_14091981_laborem-exercens.html. Acesso em: 10 maio 2024.

PAPA JOÃO PAULO II. *Carta Encíclica Evangelium Vite*: sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana. São Paulo: Paulus, 1995.

PAPA PAULO VI. *Constituição Pastoral Gaudium et Spes*. 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html. Acesso em: maio 2024

PAPA PAULO VI. *Discurso à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura*. 1970. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1970/documents/hf_p-vi_spe_19701116_xxv-istituzione-fao.html. Acesso em: 10 jun. 2024.

PAPA PAULO VI. *Carta Encíclica Populorum Progressio*: sobre o desenvolvimento dos povos. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html#_ftnref20. Acesso em: 7 maio 2024.